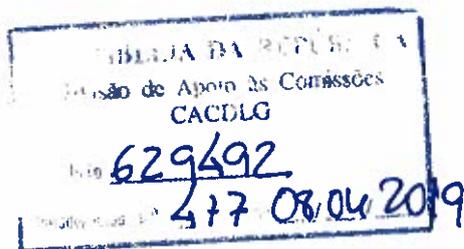


Aprovado por unanimidade de  
na reunião de CACDLG de 10.4.2019,  
Grupo Parlamentar  
na ausência de PEU.



Exm.º Senhor Deputado

PEDRO BACELAR DE VASCONCELOS

M. I. Presidente da Comissão de Assuntos  
Constitucionais, Direitos, Liberdades e  
Garantias:

Exm.º Senhor Presidente,

De acordo com a edição de 6 de abril do jornal Público, tiveram os signatários conhecimento de factos que contrariam as afirmações do Sr. Ministro da Administração Interna, proferidas na Assembleia da República, onde garantiu que a rede SIRESP teria falhado nove mil horas no decurso dos incêndios de Pedrógão Grande, em 2017, o que obrigava o Estado a aplicar uma penalidade contratual, por incumprimento, ao consórcio que gere a Rede SIRESP.

Estas declarações foram proferidas na sequência da divulgação pública dos relatórios sobre os incêndios de junho e de outubro de 2017, que apontaram para falhas da rede SIRESP, e constituíram a imediata reação da então Ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa, às conclusões daqueles relatórios.

Muito embora o atual Ministro da Administração Interna tenha reafirmado, em abril de 2018, as declarações sobre a indisponibilidade da rede, meses mais tarde viu-se forçado a admitir que o Estado não poderia aplicar tais multas por não se ter comprovado aquele número de horas de indisponibilidade.

Por outro lado, desde abril de 2018 que o Sr. Ministro da Administração Interna tem vindo a ocultar os relatórios sobre as falhas da rede SIRESP, e a razão parece ser clara: é que os valores globais de horas de falha não chegam sequer a metade dos indicados pelo Governo.

Se a isto acrescermos a tentativa falhada de tomar o controlo acionista do consórcio que

gere a rede SIRESP, teremos de concluir pela acumulação de falhanços na gestão deste dossiê pelo Sr. Ministro da Administração Interna.

A possível transmissão de dados errados a esta Assembleia da República sobre as falhas da rede SIRESP no ano de 2017, o incumprimento da anunciada aquisição da maioria do capital social do consórcio gestor da rede SIRESP, bem como a necessidade de respostas sobre a capacidade operativa atual desta rede justificam, no entender dos signatários, a presença urgente do Sr. Ministro da Administração Interna perante esta Comissão.

Palácio de S. Bento, 8 de abril de 2019

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CDS,

Nuno Magalhães

Telmo Correia

Vânia Dias da Silva